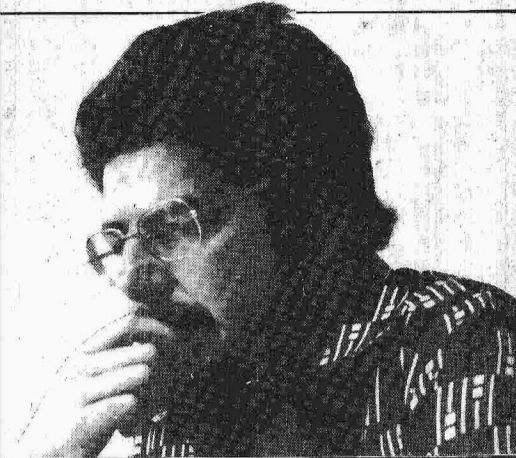


CAPITAL E TRABALHO

O pacto social, um dos pontos mais importantes do programa econômico do novo governo, envolve empresários e trabalhadores. Nesta página, eles falam das propostas anunciadas ontem.

Trabalhadores não esperam mais sacrifícios

Segundo Walter Barelli (foto), o combate à inflação só depende das empresas.



— O discurso, como um todo, impressiona os que ouviram e chama a atenção, principalmente porque pela primeira vez se fala em cadeia para os corruptos.

A frase é de Walter Barelli, diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Sócio-Econômicos e Estatísticos), órgão que dá apoio técnico aos sindicatos de trabalhadores. Ele também achou positivo o fato de o governo ter tomado uma posição diante do combate à inflação, "fazendo um apelo àqueles que formam os preços, ou seja, os empresários".

Segundo Barelli, esse apelo é fundamental porque, "várias entidades têm demonstrado que o reajuste dos preços nos últimos meses nada tem a ver com o que ocorre com os custos da produção". "As empresas", disse "simplesmente esquecem suas estruturas de custos e remarcam seus preços conforme a expectativa de inflação futura.

Se permanecer essa situação, a inflação jamais cairá. Acho que o governo pretende fazer sua parte. A grande expectativa é saber se o setor empresarial vai fazer a dele".

Além disso, Walter Barelli comentou a questão do pacto social, vagamente abordado no discurso de Tancredo Neves ontem:

"Como não falou especificamente de pacto, repete-se aí o alerta do presidente em outros discursos, especialmente em Brasília, para a Confederação dos Trabalhadores: que os trabalhadores já deram o sacrifício que poderiam dar, e que simplesmente manter a posição atual é quase inaceitável. Na hora das negociações é que veremos como se fará a distribuição de renda entre capital e trabalho".

Arquitetos

Extinção imediata de todos os dispositivos legais de exceção (lei de segurança nacional e outras), legalização de todos os partidos que hoje estão na clandestinidade, convocação urgente de uma Assembleia Nacional Constituinte e de eleições diretas para as prefeituras de todas as áreas de segurança nacional e capitais de Estados, e sustação da vigência do Decreto 90.922, que regulamenta as profissões de técnicos de nível médio nas

áreas de Arquitetura, Engenharia, Agronomia e Geologia são as reivindicações básicas de um documento aprovado ontem, em Porto Alegre, pela diretoria da Federação Nacional dos Arquitetos. O documento servirá de base para um seminário que a Federação promoverá em todas as capitais do País, em maio, sobre organização de espaço e relações de trabalho na produção de espaços urbanos.

Na verdade, explicou o presidente da Federação, arquiteto Clóvis Ilgenfritz da Silva, o documento divulgado ontem gerará uma reação em cascata. No seminário de maio, que os arquitetos pretendem abrir à participação de toda a sociedade, será discutida a distribuição nacional de renda e os efeitos disso sobre a sociedade. Os arquitetos entendem que somente uma redistribuição justa de renda poderá eliminar as distorções existentes na ocupação urbana e rural de espaços, e propõe a realização de uma reforma fundiária geral, tanto em cidades como no campo. Propõem também a participação de todos os segmentos sociais na discussão das decisões.

O discurso, elogiado pelos empresários.

— Credibilidade, autoridade e comando sem prepotência

Esses predicados atribuídos pelo presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletro-eletrônica), Firmino Rocha de Freitas, ao discurso de Tancredo Neves, lido ontem pelo vice-presidente em exercício José Sarney, explicam em grande parte, porque os empresários estão com a Nova República. Mário Amato, vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), disse "que foi a fala mais sensata dos últimos tempos feita por um governante, porque foi ao centro dos problemas brasileiros".

Segundo Amato, o empresário e de toda a sociedade "compreenderam o apelo do presidente e irão colaborar com ele". Rocha de Freitas acrescentou que o discurso foi sóbrio, pragmático, realista, "principalmente no sentido de que não tenhamos falsas ilusões e de que sua proposta de austeridade não é demagógica".

Para o presidente do Sindipeças (Sindicato da Indústria de Autopeças), Pedro Eberhardt, o discurso "mostra que temos um maestro e uma orquestra bem afinada; percebe-se que teremos um trabalho de equipe, não só envolvendo equipe e presidente, mas também toda a sociedade".

Eugênio Staub, presidente da Gradiente e integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp, destacou que o discurso, no seu aspecto geral, revela "a retomada do bom senso".

Para Romeu Chap-Chap, presidente do Secovi (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Aluguel de Imóveis), notou-se "a presença do estadista Tancredo Neves", enquanto para Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial, "vai ao encontro daquilo que nós, da Associação, propomos há muito tempo".

Adesão dos empresários

Tudo isso indica que os empresários participarão dos esforços do novo governo, para enfrentar os problemas nacionais, destacando-se a inflação em primeiro lugar. O presidente da Abinee, por exemplo, entende que as empresas — sejam pequenas, médias ou grandes — não ligadas a monopólios acabam reajustando seus preços na expectativa inflacionária, "porque é a única arma de defesa que possuem". Mas acrescenta que o empenho do governo em combater de todas as maneiras seus próprios gastos "fará o empresariado, em conjunto, aderir a esse esforço, assim que a inflação der sinais de arrefecimento".

Rocha de Freitas ressaltou que o governo é hoje o grande fornecedor de insumos para a indústria em geral, como aço, ferro, petróleo, petroquímicos, energia elétrica, telefone. Disse que "a austeridade partindo daí fará do empresariado um aliado natural desse processo". O presidente da Abinee também se mostrou favorável à reorganização do sistema financeiro, "porque não podemos penalizar toda a sociedade com essas quebras que vêm acontecendo, nem manter a impunidade existente hoje".

Da mesma maneira, o presidente do Sindipeças entende que, posta a casa em ordem, a questão do repasse de preços se ajustará aos novos tempos. Eberhardt não esconde que será difícil conjugar queda da inflação com crescimento, "mas tenho certeza de que, com a mobilização e credibilidade que tem, o novo governo conseguirá conjugar esses dois fatores fundamentais para o Brasil atual".

Sebastião Burbulhan, presidente do Sindicato da Indústria de Calçados, citando um ponto do discurso (90 dias sem gastos até cada ministério apresentar um balanço de suas necessidades e problemas à Sepian), afirmou que "esse período é necessário para levantar as questões práticas de cada ministério, cada uma das suas dificuldades".

Os demais empresários concor-

dam com esse prazo, "para pôr a casa em ordem". "O suficiente para que saia um programa de governo. Só depois desse diagnóstico, é que nós vamos ver se será um governo de mudanças", afirmou Afif.

Romeu Chap-Chap, por sua vez, disse que entendeu bem o recado do discurso: "Não gastar, quer dizer não esbanjar". "Nesse sentido, deve-se agregar", afirmou, "que o governo Tancredo lutará contra a inflação também usando da credibilidade de que está investido seu mandato". Para ele, Tancredo tem condições, a partir daí, de quebrar o círculo vicioso da inflação.

Eugênio Staub salientou, ainda, que a iniciativa do novo governo em criar comissões (para apresentarem propostas aos ministros) "reflete um novo estilo de governo, através da descentralização sem que o presidente renuncie ao comando geral". Isso, observou Staub, "são princípios muito saudáveis de administração, que valem tanto para a iniciativa privada, como para o governo". Ele disse hipotetizar total solidariedade ao presidente, "quando ele exorta o lucro justo, criador de riquezas, e critica o lucro fruto da especulação".

Burbulhan (que participa de um setor de muitas pequenas e médias empresas) não escondeu sua simpatia pelo fato de o discurso ter dado um novo alento à pequena e média empresas.

Eurico Korff, representante dos pequenos e médios empresários no Conselho Superior de Economia da Fiesp, acrescentou, no entanto, que essa "importante iniciativa" deve ser seguida de outras práticas, como dar condições fiscais, financeiras e trabalhistas, "compatíveis com a realidade dessas empresas, geralmente mais frágeis".

Inflação e gastos

— Um discurso extraordinário. Ele disse tudo o que a Nação queria ouvir e agora cabe a nós colaborar para que ele consiga o que anunciou. Foi um pronunciamento de muita substância. Ele só tocou em pontos importantes. Um ótimo começo.

Essa foi a reação do presidente da Federação Brasileira de Bancos, Roberto Konder Bornhausen, diante das diretrizes do governo Tancredo Neves.

O ponto-chave de todo o pronunciamento presidencial, na opinião de Bornhausen, foi a decisão de controlar os gastos públicos, a causa maior da inflação. Esta vai ser, segundo o banqueiro, a medida básica que permitirá a correção de todos os demais problemas da economia brasileira.

Bornhausen considerou também muito acertada a idéia de colocar em lei as responsabilidades dos administradores das instituições financeiras, "pois o setor financeiro tem que ser tratado com seriedade inclusive pelos que o administram".

Sobre esse aspecto do discurso, o presidente da Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), Américo Oswaldo Campiglia, afirmou que "é preciso realmente uma lei rigorosa, que puna criminalmente os inescrupulosos para evitar o festival de defeções que temos visto no mercado financeiro".

Campiglia mostrou-se um pouco preocupado com a disposição de Tancredo de compatibilizar o combate à inflação com a retomada do crescimento. Ele acha que isso é difícil, porque o combate à inflação exige medidas austeras e muita coragem para resolver os problemas. Mas lembrou também que "não se pode menosprezar o fator psicológico nessa questão: há um otimismo generalizado em torno do governo Tancredo Neves e só isso já predis põe o País a criar um ambiente favorável à adoção de quaisquer medidas. Por isso, acredito que será possível se chegar a bom termo nessa questão".



Firmino Rocha de Freitas, presidente da Abinee, ressaltou a credibilidade, autoridade e comando sem prepotência revelados pelo discurso de Tancredo Neves lido por José Sarney.

Para Pedro Eberhardt, presidente do Sindipeças, o discurso "mostra que temos um maestro e uma orquestra bem afinada" e um trabalho de equipe que envolverá toda a sociedade.



Eugênio Staub, presidente da Gradiente e integrante do Conselho Superior de Economia da Fiesp, destacou que o discurso revela "a retomada do bom senso".



Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Comercial de São Paulo, acha melhor esperar três meses para ver se será "um governo de mudanças".



Américo Oswaldo Campiglia, presidente da Acrefi, quer punições para os responsáveis por escândalos no mercado financeiro e medidas duras de combate à inflação.



Romeu Chap-Chap, presidente do Secovi, entende que "o governo Tancredo lutará contra a inflação também usando da credibilidade de que está investido".



Eurico Korff, representante das pequenas e médias empresas na Fiesp, agora espera medidas práticas do novo governo para o fortalecimento do setor privado.

PREVIDÊNCIA

Pires refaz as contas de Passarinho: o rombo é de Cr\$ 8 tri.

Nem os Cr\$ 2 trilhões anunciados pelo ex-ministro Jarbas Passarinho, nem os Cr\$ 5 trilhões estimados inicialmente pelo novo governo.

Após primeira reunião ministerial, ontem, no Palácio do Planalto, o ministro Waldir Pires anunciou que o déficit da Previdência Social este ano pode chegar a Cr\$ 8 trilhões, mas descartou as hipóteses de aumento das alíquotas de contribuição ou de corte nos benefícios para cobrir o rombo do sistema previdenciário.

Waldir Pires explicou que a equipe econômica do novo governo chegou à estimativa de déficit quatro vezes superior às anunciadas

por Passarinho, ao concluir que o ex-ministro superestimou receitas e omitiu despesas da Previdência para este ano. Após examinar o conflito de números, os Cr\$ 8 trilhões passam a representar o número-base do déficit da Previdência.

Antes de tomar pé das alternativas, Waldir Pires não quis revelar planos mais concretos para eliminar o déficit, mas ressaltou que o primeiro instrumento será combater a corrupção no sistema. O ministro disse que procura as formas jurídicas para levar à cadeia os pequenos e os grandes responsáveis pelos desvios.

Reiterou que a impunidade constitui, até agora, o grande estí-

mulo para a sucessão de escândalos. Agora, além das punições, Waldir Pires pretende ter o controle mais próximo do sistema: todas as direções gerais do Inamps, INPS e Iapaps serão transferidas do Rio de Janeiro para Brasília, logo no início da atual administração.

Pires informou que já aceitou os pedidos de demissão, apresentados no sábado, pelos presidentes do Iapaps, Walter Graciosa, e do Inamps, Aloisio Salles. Esses cargos permanecerão vagos até que o presidente Tancredo Neves tome posse. Enquanto isso, o ministro nomeará funcionários para assumirem internamente as presidências de ambos os institutos.



Roberto Konder Bornhausen, presidente da Febraban, acha que o ponto mais importante do discurso de Tancredo foi o anúncio do controle dos gastos públicos.